



**VI
ENAN
PARO**

BRASÍLIA 2020
VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LIMIARIDADE
PROCESSOS E PRÁTICAS EM ARQUITETURA E URBANISMO



VI
EVAN
PARO



Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo (2021 : Brasília, DF).

Programação do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 1 a 5 de outubro –
Brasília: FAU-UnB, 2021.

ISSN 2358-6214

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Arquitetura e Urbanismo
– Congressos.

I. Título. II. Faculdade de Arquitetura.

III. Universidade de Brasília.

TERESINA, CANUDOS E CEILÂNDIA: QUANDO O AUTORITARISMO TOMA FORMA^[1]

**TERESINA, CANUDOS AND CEILANDIA: WHEN
AUTHORITARIANISM TAKES SHAPE**

**TERESINA, CANUDOS Y CEILÂNDIA: CUANDO EL
AUTORITARISMO TOMA FORMA**

EIXO TEMÁTICO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA

ARAKE, Gabriel Akio Ponte

Arquiteto e Urbanista; Universidade de Brasília
gabrielakioponte@gmail.com

SANTOS, Jana Cândida Castro dos

Mestre; Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás
jana.candida@gmail.com

LEITE, Poliana de Sousa

Mestre; Universidade de Brasília
polianaleite@gmail.com

[1] Este artigo contou com igual autoria de: TREVISAN, Ricardo. Doutor; Universidade de Brasília; prof.trevisan@gmail.com

RESUMO

Desde meados do século XIX, no tempo de longa duração, o Brasil passou por diferentes momentos políticos: imperial, republicano, ditatorial, democrático. Embora distintos em sua essência e prática, é possível costurá-los a partir da História da Cidade e do Urbanismo, aproximando-os por episódios particulares de nosso urbanismo. Nesse sentido, o presente estudo conecta deliberadamente três exemplares de cidades novas, cidades planejadas e projetadas que possuíam entre si um elo em comum: o autoritarismo empregado em sua materialização. A capital transferida de Teresina (PI) no período Imperial, as três versões de Canudos (BA) ao longo de cem anos e a cidade-satélite de Ceilândia (DF) durante a Ditadura Militar foram aqui reunidas a partir do método “pensar” e “fazer” por atlas, quando imagens, objetos, cidades são colocados aleatoriamente sobre a mesa, trazendo à tona narrativas inéditas — aproximações, conexões, leituras até então não presentes na historiografia do urbanismo. A partir do conhecimento da história desta tríade de cidades novas e uma breve narrativa histórica do autoritarismo no Brasil, procura-se evidenciar como tal conceito se concretizou no processo de formação destes núcleos urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: *história do urbanismo. cidades novas. atlas. autoritarismo.*

ABSTRACT

Since the mid-nineteenth century Brazil has been through varied political periods in the long run: imperial, republican, dictatorial, democratic. Even though these are distinct in their essence and practise it is possible to pull them together from the perspective of the History of the City and Urbanism by approximating them to particular episodes of our urbanism. In this matter, this study deliberately connects three examples of new, planned and designed cities that share with each other a common bond: the authoritarianism exerted in its materialized form. The capital transferred to Teresina in the Imperial period, the three versions of Canudos over one hundred years and the satellite town of Ceilandia during the military dictatorship were gathered hereto from the “pensar (think)” and “fazer (do)” by atlas. This is a method which images, objects, cities are presented randomly to bring up unprecedented narratives - approaches, connections, interpretations until then not available in the historiography of urbanism. Starting from the existing knowledge about this triad of new cities and a brief historical narrative on authoritarianism in Brazil, it is intended to evidence how such concept has materialized with the process of shaping these urban center's.

KEYWORDS: *history of urbanism. new cities. atlas. authoritarianism.*

RESUMEN

Desde mediados del siglo XIX, a largo plazo, Brasil ha pasado por diferentes momentos políticos: imperial, republicano, dictatorial, democrático. Aunque son distintos en su esencia y práctica, es posible relacionarlos a partir de la Historia de la Ciudad y el Urbanismo, acercándolos por episodios particulares de nuestro urbanismo. En este sentido, el presente estudio conecta deliberadamente tres ejemplos de nuevas ciudades, ciudades planificadas y proyectadas que tenían un vínculo común entre ellas: el autoritarismo utilizado en su materialización. La capital transferida de Teresina (PI), en el período imperial; las tres versiones de Canudos (BA), durante cien años; y la ciudad satélite de Ceilândia (DF), durante la dictadura militar, se reunieron aquí usando el método “pensar” y “hacer” por atlas, cuando las imágenes, los objetos, las ciudades se colocan al azar en la mesa, presentando inéditas narrativas con enfoques, conexiones, lecturas hasta ahora no presentes en la historiografía del urbanismo. Basado en el conocimiento de la historia de esta tríada de nuevas ciudades y una breve narrativa histórica del autoritarismo en Brasil, se busca mostrar cómo este concepto se materializó en el proceso de formación de estos centros urbanos.

PALABRAS-CLAVE: historia del urbanismo. ciudades nuevas. atlas. autoritarismo.

INTRODUÇÃO

Ao trabalhar a História da Cidade e do Urbanismo, um dos percursos mais atraentes é se ater a um objeto ou a um tema e explorar seus vestígios, suas implicações, suas possibilidades. Quando ampliado a uma pluralidade de objetos ou temas, cabe ao(s) pesquisador(es) estabelecer suas conexões, suas relações, suas discrepâncias, suas incongruências. No presente estudo, o tema a unir os objetos aqui apresentados é o da tipologia de Cidades Novas (ANDRADE, 2005; TREVISAN, 2009; REGO, 2009). Cidades intencionalmente criadas e projetualmente elaboradas por profissionais que perfazem a história do urbanismo em nosso país. Segundo Trevisan et al. (2019), de 1889 a 2018 são mais de 270 exemplares implementados no território nacional, distanciando-se em muito àquela visão historiográfica que reconhece ou evidencia apenas os casos de cidades capitais (Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas). Muitos outros casos, menos abordados pela literatura, constituem-se num campo fértil a ser explorado, como aqui o faremos.

Contudo, mais do que apresentar exemplares coadjuvantes de cidades novas, nosso intuito é revelar neste artigo como tais cidades foram agrupadas e nos possibilitou uma leitura ímpar. Mais do que somente expor os casos, nosso objetivo maior é apresentar o modo como tais cidades vieram à tona e foram colocadas lado a lado para uma narrativa muito particular: a materialização de cidades por vias autoritárias. Este processo

se deu a partir de uma experiência do “pensar” e “fazer” por atlas (TREVISAN, 2019)^[2], muito próximo aos estudos do filósofo alemão Aby Warburg e George Didi-Huberman (2013), quando objetos são agrupados aleatoriamente e narrativas são produzidas. Ao ter as cidades novas como elo conectivo — aquelas cidades que nasceram de um desejo, para uma determinada função dominante, em um sítio previamente escolhido, sobre o qual se implanta um projeto urbanístico elaborado por profissional habilitado num recorte temporal delimitado —, o agrupamento pela aposta, pelo errático, pelo aleatório foi ativado (“dispositivo-atlas”) e três cidades surgiram sobre a mesa: Teresina (PI), Canudos (BA) e Ceilândia (DF)^[3].

Desta aproximação de cidades separadas no tempo e no espaço, características peculiares a cada uma, mas comum as três, permitiram estabelecer amálgamas, conexões, relações até então jamais vistas na literatura, dentre as quais se destacou o autoritarismo. Entendido como um sistema político que concentra o poder nas mãos de uma autoridade ou pequena elite autocrática, aqui ele é fixado para compreender como na história de tais cidades novas este comando teve papel importante para a efetivação das mesmas. Talvez impregnado nas biografias da maioria das cidades novas, o autoritarismo apresenta-se como um mecanismo, sobretudo, personificado na figura do agente empreendedor, para levar seu desejo e suas vontades a cabo.

O autoritarismo, como colocam Holanda (2002), Adorno (2016) e Schwarcz (2019), é repetido em um padrão na história do Brasil. Ao longo dos cinco séculos, o país apresentou da ocupação portuguesa às gestões democráticas do século XXI uma série de práticas opressivas. Episódios de aniquilamento social e cultural de povos indígenas, do uso e apropriação de africanos escravizados nos processos produtivos, da exclusão de classes operárias à cidade formal, da perseguição e execução de “inimigos” políticos durante regimes militares do século XX, são alguns de muitos indícios que revelam o uso da força e do controle pelos detentores do poder em nossa história.

Trata-se de algo entranhado em nosso país, nas mais diferentes camadas estruturais do poder, vigentes em distintos períodos políticos — Colonial, Imperial e Republicano.

[2] Tal procedimento foi colocado em prática na disciplina “Cidades Novas” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB, durante o segundo semestre de 2019. Como resultado, um ensaio foi redigido, aqui aprimorado e ampliado ao formato de artigo.

[3] A partir das dezenas de verbetes de cidades novas brasileiras elaborados pelos discentes durante a primeira fase da disciplina, uma seleção aleatória foi realizada resultando em grupos de três ou dois exemplares. Neste caso, as três cidades – Teresina, Canudos e Ceilândia – foram aproximadas e delimitaram o campo para o qual a equipe deveria construir narrativas possíveis.

Nesse sentido, cabe a este artigo verificar e identificar: como tal prática se reverbera de algum modo na construção de cidades? Como as histórias de planejamento fundacional de Teresina (PI), Canudos (BA) e Ceilândia (DF) permitem demonstrar isto?

Para responder a tais questões, após contextualizar cidades novas em práticas autoritárias, analisaremos Teresina, a capital transferida do Piauí em meados do século XIX, seguida por Canudos, com a sequência de três núcleos distintos ao longo de 100 anos, e finaliza-se com Ceilândia, a cidade-satélite de 1971 criada para erradicar as invasões na nova capital federal. Três cidades materializadas, aqui alinhadas, para demonstrar como o autoritarismo foi instrumento de planejamento e adquiriu formas de vias, quadras e edifícios.

AÇÕES AUTORITÁRIAS E CRIAÇÃO DE CIDADES

Pode-se considerar cidades novas o equivalente da visão espacial dos projetos dos Estados e dos projetos de uma sociedade. Além de refletir as ideologias do momento, como foram as ações da “Marcha para o Oeste” (1938-1945) durante o governo de Getúlio Vargas, estas cidades pontuam os protagonistas do projeto, geralmente monarcas, chefes de Estado, comunidades locais organizadas, grupos ou indivíduos portadores de uma utopia ou necessidade. Mas a concretização de cidades, de certo modo, só se torna possível a partir do uso, em algum grau, de autoritarismo.

Segundo a definição do arquiteto Ervin Y. Galantay, a cidade nova é uma comunidade planejada e conscientemente criada como resposta clara a objetivos estatais. Tal criação urbana pressupõe “a existência de uma autoridade ou uma organização suficientemente poderosa para assegurar o sítio — recursos primários para seu desenvolvimento — e para exercer controle contínuo até que a cidade atinja tamanho viável” (GALANTAY apud WEINER, 1981, p.394).

A mão forte do Estado é vista em vários momentos na história do urbanismo. Para Nadir Boumaza *et al*, os projetos de cidades novas não passam de uma “marca da ação de poder e coletividade desde a antiguidade traduzindo o desejo dos homens de fabricar eles mesmos sua cidade à maneira de seus ideais e fantasmas, de seus desejos e necessidades” (BOUMAZA et al, 2006, p.523). No mesmo raciocínio, Michaël Safier (1977) defende que estas cidades são personificações do poder, uma tentativa enorme de publicar um manifesto ideológico feito de asfalto, concreto e vidro. Para Patrick Boucheron, as cidades novas não passam de “cidades de fundação e essa fundação é, por definição, um gesto político” (BOUCHERON, 2002, p.266).

No Absolutismo europeu do século quinze ao dezoito, poder e cidades novas podem ser associados. O urbanismo e a arquitetura monumentais de Versalhes na França (1664) ou de Karlsruhe na Alemanha (1715) expressam realisticamente a força monárquica desse período. Em tempos modernos, por exemplo, a simbologia de poder no tecido urbano das cidades novas é posta em prática mediante ao menos duas possibilidades: uma pautada na fundação de inúmeras cidades visando à ocupação de um território, demonstrando domínio — posse — sobre ele (as cidades do norte paranaense realizadas com capital inglês); a outra, direcionada à criação de novas capitais, sedes administrativas de uma região ou de um país (Belo Horizonte, Goiânia, Boa Vista, Brasília e Palmas são exemplares nacionais).

Diversas cidades novas — incluindo Teresina (PI), Canudos (BA) e Ceilândia (DF) — foram criadas no Brasil com objetivos diversos (colonização, empresarial, realocação, administrativa, lazer, rodoviárias, satélites etc.), tendo sido empreitadas pelo Estado ou pela iniciativa privada. Por detrás destas funções dominantes, estão também presentes intenções veladas, como: obter controle, por parte do Estado, de alguma área remota do território; remover uma população de uma determinada região por interesses vários ou simples necessidade; aproveitar mão de obra barata (exército de reserva) para implantação de um polo industrial ou de extração mineral; criar demanda habitacional a fim de obter lucro com a venda de lotes; criar uma alternativa de entretenimento aproveitando recursos naturais (mar, montanha, campo); expandir a rede urbana de uma metrópole, conectando centros urbanos existentes; entre outros.

Ao se analisar como se dá a criação de uma cidade, percebe-se que há fatores que permitem identificar outras ações autoritárias, para além das mencionadas. Acredita-se que para muitos empreendedores (público ou privado) quanto maior sua presença no planejamento do urbano, mais efetividade e semelhança o projeto terá com aquilo idealizado por eles inicialmente. Porém, como ficam os demais atores — projetistas, novos habitantes etc. — nesse processo?

Desenhadas por projetistas e profissionais habilitados, estes determinam a forma e o zoneamento da nova cidade conforme padrões estipulados ou emitidos por seus empreendedores. Valores e princípios desejados definem padrões formais a serem seguidos, independente das condicionantes ambientais existentes. Não importa a geomorfologia, a direção solar, dos ventos, a presença de rios e lagos, a preexistência de moradores, tudo pode ser desconsiderado — *tabula rasa* — caso seja o desejo do empreendedor. Mesmo uma equipe de projetistas experientes, que leve em consideração todas as variáveis presentes e saiba atribuir equilíbrio entre o lócus e os atributos projetuais, sempre haverá

um ponto em que a equação tenderá para aspectos que o promotor da cidade considere os mais importantes a seus interesses.

A determinação do modo de vida, do modelo espacial adotado, do zoneamento funcional aplicado, da distribuição social por bairros são algumas características que levam a tal compreensão, tendo clara participação do(s) projetista(s). Soma-se a estes, a escolha do nome para a cidade, a adoção de monumentos (obeliscos, estátuas, bustos, fontes, coreto etc.), a implantação estratégica de edifícios simbólicos (em sua maioria, sedes do poder); enfim, elementos que traduzem espacialmente tal controle. Tratam-se de práticas que alimentam o imaginário comum, reforçando as implicações de política e poder constituintes do universo original de cada cidade.

Ao delimitar tais anseios, ficam implícitas na criação de uma nova cidade as intenções de seus criadores. Explícitos ou velados, trazem em si traços do autoritarismo posto em prática por seus empreendedores, por vezes com contribuições de seus projetistas. Atrelar ações definidas a priori ao surgimento de um núcleo urbano, as quais interferiram diretamente na vida de pessoas, abarcam tanto promessas como abdições. Aos futuros habitantes, cabem a eles aceitar a tais feitos e adaptarem-se às novas regras. Se é prometido — como revelam vários encartes promocionais destas cidades novas — a oportunidade de emprego, moradia, educação, saúde, qualidade de vida; também compõe o pacote destes realocados a abdição a memórias passadas, a posses, a laços familiares, a uma identidade e a uma cultura que não lhes pertencem mais. Valores imateriais, indissociáveis da vivência humana, que a prática autoritária não atribui valor algum, ou melhor, que os menosprezam frente àquilo ofertado.

Segundo Max Weber, em *Metodologia das Ciências Sociais* (2001, p.349), o conceito de dominação é “a probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem, pode ter o seu fundamento em diversos motivos de submissão: pode ser determinada diretamente de uma constelação de interesses”. Esta dominação é aqui colocada para nos auxiliar na compreensão do autoritarismo e como este foi aplicado nos casos de Teresina, Canudos e Ceilândia; sobretudo para verificar como a “obediência” está explicitada na realocação mandatária de uma comunidade.

Quem manda, pode; quem não manda, obedece! Assim se faz o processo de formação de muitas cidades novas, quando aqueles detentores do poder, e, portanto do poder-fazer, definem as bases espaciais sobre as quais a massa se assentará. Teresina, a nova capital da província do Piauí (1851), surgiu pelo interesse de transferir a capital — e consecutivamente sua população — para uma região economicamente mais ativa, conectada ao Rio Parnaíba. A terceira Canudos (1985), após duas sedes arrasadas (1893 e 1907), realocou-se para as margens da represa Cocorobó, trazendo consigo toda a população,

inclusive os mortos. Ceilândia, a maior cidade-satélite de Brasília (1971), foi criada para assentar comunidades carentes retiradas de seus antigos assentamentos irregulares, para bem longe do Plano Piloto.

Na tríade dessas cidades novas podemos encontrar elementos, traços, vestígios que comprovem tal hierarquia e comando, definindo características comuns a elas. Foram cidades criadas para atender a objetivos e anseios de seus idealizadores, cuja população teve que se adaptar e se adequar a um novo padrão, a um novo cenário, a uma nova paisagem.

TERESINA (PI), CANUDOS (BA) E CEILÂNDIA (DF): O ELO

Provavelmente o leitor deste artigo poderá identificar a partir de seu repertório pessoal outros elementos, indícios, pormenores que aproximem estas três cidades novas brasileiras. Contudo, até aqui, o elo mais expoente encontrado pelos autores foi exatamente a materialização desses núcleos por vias autoritárias. E para demonstrar como chegamos a tal arranjo se faz necessário apresentar ao menos um breve histórico biográfico caso a caso, pontuando a cada descrição os elementos que justifiquem nossa percepção e certifiquem tal apreensão. Seguiremos a tradicional linha cronológica da história, desde 1851, quando da fundação de Teresina, passando por três datas importantes de Canudos: 1893, 1907 e 1985, até chegarmos a 1971 e a criação de Ceilândia.

Teresina^[4] é a primeira capital planejada e construída sob o Regime Imperial (1822-1889)^[5]. Nasceu da necessidade de mudança da capital do Piauí, Oeiras, situada em local de difícil acesso, para uma região mais próxima ao rio Parnaíba, rota de comércio e comunicação (SOUSA, 2018). Nesse sentido, em 1851, o Conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895), presidente daquela província, comunicou a todos os presidentes de províncias do Brasil a mudança da sede administrativa para a Chapada do Corisco, próxima a Vila do Poty. Como confirmam Medeiros, Matos e Lopes:

A criação da nova capital foi impulsionada por interesses políticos e econômicos, pelo comércio fluvial desenvolvido no rio Parnaíba, na

[4] A escolha do nome “Teresina” foi um gesto de José Antônio Saraiva, Presidente da Província do Piauí, de homenagear a então Imperatriz Teresa Cristina, em busca de apoio político.

[5] Além de Teresina, a outra cidade nova administrativa do Império foi Aracaju, em 1855, após o deslocamento da sede de São Cristóvão para as margens do Rio Sergipe. Fato curioso, à época (1853), foi a tentativa de alçar a recém criada cidade mineira de Filadélfia (atual Teófilo Otoni), moldada conforme sua homônima norte-americana, ao posto de capital de Minas Gerais – quiçá capital do país.

possibilidade de integração regional cuja articulação seria estabelecida entre os municípios de Caxias, no Maranhão, e Parnaíba, no litoral do Piauí (MEDEIROS; MATOS; LOPES, 2018, p. 193).

Desta decisão, parte da população de Oeiras viu-se obrigada a deixar suas casas, comércio, outras propriedades e bens para rumar à nova capital. Não o fizeram por vontade ou desejo próprio, mas por necessidade de se incorporar à dinâmica econômico-política da província, que tinha no projeto de Teresina uma centralidade comercial almejada pelo conselheiro (GANDARA, 2011). O rio Parnaíba funcionaria como importante via de trocas, conectando a nova cidade com outras regiões e províncias mediante o transporte fluvial e, com isso, ampliando a economia local e regional. Teresina nasce, portanto, de um anseio político do Estado de reconfigurar as estruturas econômicas estagnadas e possibilitar um futuro mais dinâmico àquela região, independente das rupturas sociais e culturais que tal quebra fosse causar.

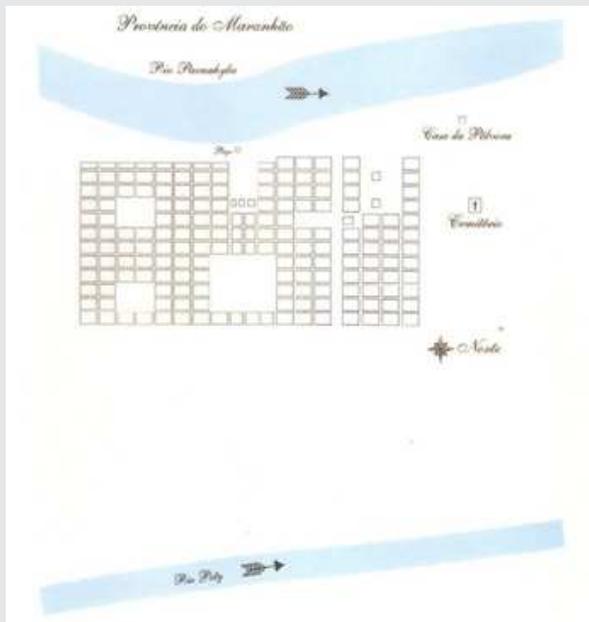


Figura 1: Plano urbanístico de João Isidoro França para Teresina (PI). Fonte: PMT/SEMPPLAN (2018).

O sítio escolhido para a nova cidade era fértil e plano, ocupado por uma pequena comunidade (Vila do Poty), livre de inundações e localizado no centro geográfico da província, entre dois rios: Parnaíba e Poty (Figura 1), tornando-se ambos os elementos de limitação do traçado inicial da cidade. Pelas características geomorfológicas, o projeto desenvolvido por João Isidoro da Silva França (ignoto-ignoto), mestre de obras, foi desenvolvido em malha xadrez, tendo a Igreja Nossa Senhora do Amparo como marco zero (ANDRADE, 2014). Conhecido como Plano Saraiva, João França utilizou a concentração de edifícios institucionais como elemento de destaque no entorno de uma praça principal, aspecto característico do urbanismo português colonial. Porém, já incorporava neste plano preceitos do positivismo (técnicas sanitárias e higienistas) na conformação do espaço físico, condicionando os novos habitantes a normas e regras não vistas em Oeiras (SOUSA, 2018).

Utilizado como dispositivo de disciplina e controle a serviço de uma nova razão do Estado, a governamentalidade, o projeto positivista inicial limitava a cidade a 43 km² distribuídos em 12 quadras no sentido norte e sul e 18 quadras no sentido leste e oeste. Depois da matriz, foram construídas algumas habitações, uma cadeia e um quartel. Os habitantes da antiga Vila do Poty ofereceram suas casas para instalação do palácio, correios e outras repartições, inclusive, disponibilizaram moradias para os funcionários vindos de Oeiras. Tal comprometimento favoreceu a transferência da capital, especialmente em uma província na qual os recursos eram escassos. Assim surge Teresina, a primeira capital projetada do Império.

Nosso segundo exemplar, Canudos, teve uma história distinta ao caso piauiense. Trata-se da emblemática Canudos, na Bahia, do beato Antônio Conselheiro e seus seguidores. Uma história de um século repleta de percalços, fissuras e perdas, compreendida pelo conflito armado em fins do século XIX à construção da barragem no rio Vaza-Barris durante a Ditadura Militar nos anos 1970. Uma história composta em três atos.

A fundação da comunidade do Belo Monte (arraial de Canudos) data de 1893, pelas mãos e ideias de Antônio Vicente Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro. O vilarejo implantado no sertão da Bahia (Figura 2), logo atraiu pessoas de vários lugares baianos e doutros estados do Nordeste, tornando-se um dos maiores assentamentos do estado num período de quatro anos, alcançando aproximadamente uma população de 26 mil habitantes (SANTOS, 2011).

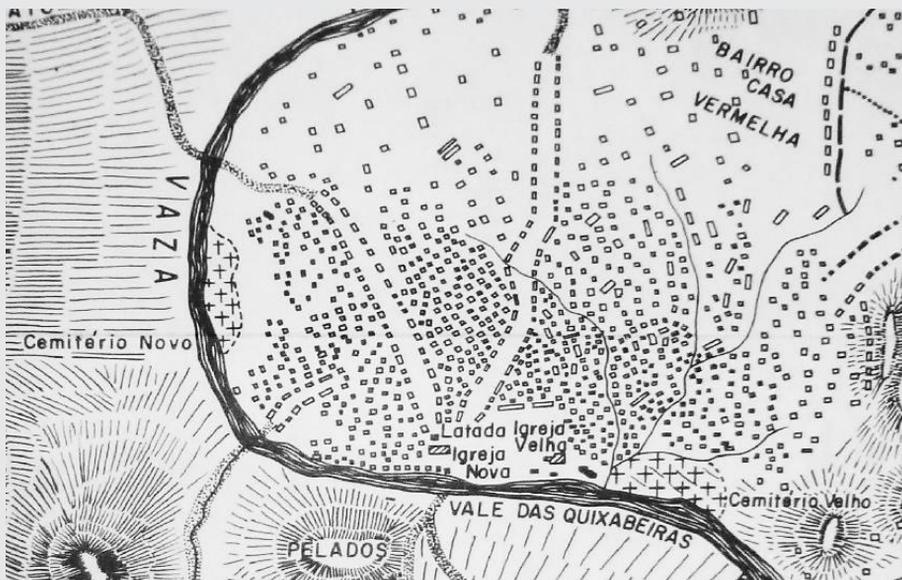


Figura 2: Planta do arraial de Canudos. Autoria: Coronel Siqueira de Menezes, 1897. Fonte: SANTOS (2011, p. 64).

É bom situar que anos antes, em 15 de novembro de 1889, a proclamação da República foi acompanhada de diversas transformações. Com ela, novas medidas entram em vigor no cenário brasileiro, das quais se destaca a cobrança de novos impostos, os pensamentos positivistas, as campanhas sanitárias etc. Antônio Conselheiro não aceitava o Regime Republicano e tão pouco as mudanças ocorridas no país, inclusive nos “sertões do nordeste”, como revelava suas insatisfações por meio de suas prêdicas. Isto atraiu seguidores, sobretudo aqueles acometidos pela seca, pela fome, pela miséria, pelo desespero. Esta legião de desafortunados buscava uma nova alternativa de vida, “com princípios e regras próprias e por isso mesmo foi incômodo e combatido em seu projeto alternativo de vida” (PEREIRA, 1993, p.7). Reuniram-se em Belo Monte, que passou a ser vista como um grande problema às entidades governamentais recém-instituídas. Como resposta contrária, “o governo tomado por um ideal nacionalista, mobilizou o Brasil inteiro, com a finalidade de lutar no sertão, objetivando, como fim último, o arrasamento da cidade do Conselheiro” (SANTOS, 2011, p.57). Portanto, Antônio Conselheiro e sua comunidade de fiéis, aos olhos das elites rurais colocavam-se certamente como “uma nova força política capaz de mobilizar milhares de pessoas de regiões distintas” e capaz de pôr em risco a estabilidade coronelística (PEREIRA, 1993, p.82).

Os conflitos em Canudos perduraram de 1893 a 1897, ano da morte de Antônio Conselheiro, naquela que ficou conhecida como a Guerra de Canudos. Após três grandes enfrentamentos e a grande repercussão do fracasso da terceira expedição do Exército republicano, a quarta, intitulada como a Expedição Moreira César, foi responsável pelo massacre canudense (BARROS, 2019). Registros da época (Figura 3), feitos pelo fotógrafo Flávio de Barros, revelam “uma guerra sangrenta no território que se faz em nome do progresso e com elementos discursivos e técnicos modernos” (BARROS; PRIETO; MARINHO, 2019, p.15).



Figura 3: Corpo Sanitário e jagunça ferida. A autoria: Flávio de Barros, 1897. Fonte: Barros; Prieto; Marinho (2019, p. 17).

No cenário pós-guerra, a segunda Canudos foi edificada pelos conselheiristas sobreviventes, por volta de 1907, não exatamente sobre os escombros da primeira, mas sim ao norte, respeitando a memória do povo de Belo Monte. Tal qual a primeira, só mais duradoura, a história da segunda Canudos também foi abruptamente interrompida, e com ela a vida de milhares de pessoas. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), a partir de uma política desenvolvimentista e de integração nacional, várias ações foram feitas sobre o território nacional. Na Bahia, dentre as ações dos militares estava o represamento de rios para construção de hidrelétricas (rio São Francisco, por exemplo) e/ou a criação

de açudes para combate à seca. Isto foi o que aconteceu com o rio Vaza-Barris, próximo a Canudos.

Ao ser represado nos anos 1970, o rio deu origem ao açude do Cocorobó, inundando a segunda Canudos, suas ruas, suas quadras, seus edifícios, suas memórias — incluindo as ruínas da Canudos de Antônio Conselheiro. Como solução determinista encontrada pelo Estado, realocou-se toda a população (incluindo os mortos de seu cemitério) para uma nova cidade criada às margens do Cocorobó: a terceira Canudos (1985). De início, esta cidade foi abrigo para os funcionários da obra do açude, passando posteriormente a ser o novo lar dos expropriados, pescadores e agricultores da região (Figura 4). Colocava-se a estes habitantes realocados a promessa de uma nova vida, melhor, afeita às técnicas e saberes da época, sem contudo, ofertar qualquer mecanismo de compensação ao passado perdido, aquele deixado para trás, devastado pela guerra ou inundado pelas águas.



Figura 4: Vista atual da terceira Canudos, às margens do Cocorobó. Fonte: GOOGLE EARTH (2019).

Por fim, chegamos ao nosso terceiro exemplar, Ceilândia, uma das inúmeras cidades-satélites que orbitam ao redor do Plano Piloto de Brasília, no Distrito Federal (DF). Prática assumida desde antes da inauguração da nova capital, em 21 de abril de 1960, a implantação de núcleos urbanos que acomodassem o excesso populacional não absorvido pelo Plano de Lucio Costa foi a resposta urbanística encontrada. Desde as primogênicas Taguatinga (1958), Gama (1960) e Sobradinho (1960) até as mais recentes Águas Claras (1984), Recanto das Emas (1993) e Urbitá (2018), este modo de planejamento do território marca a expansão urbana da capital do país (DERNTL, 2018). Marca também o modo como as populações de camadas menos favorecidas da sociedade foram e são alocadas no espaço urbano desta metrópole, como aconteceu com Ceilândia e seus habitantes no início dos anos 1970 durante a Ditadura Militar.

Indícios de seu propósito já são enunciados pelo seu nome. Ceilândia tem origem na sigla CEI -Companhia de Erradicação de Invasões, e foi promovida a partir de 1970 pela primeira dama do DF, a senhora Vera de Almeida Silveira (esposa do governador Hélio Prates da Silveira). A publicidade feita à época foi a de fornecer melhor infraestrutura às comunidades carentes situadas em ocupações próximas ao Plano Piloto. Pelo olhar higienista das classes mais abastadas, essas famílias moravam inapropriadamente — próximas por demais ao Plano Piloto —, alojadas em barracos precários e insalubres. Eram construções improvisadas com restos dos canteiros de obras dos edifícios da cidade formal; tábuas e toras de madeira, chapas metálicas de vedação ou propagandísticas, compensados, enfim, um sortido de materiais transformados em abrigo para parte considerável da população candanga (FURTADO, 2003). Erradicar tal paisagem era preciso aos olhares dos governantes.

A área escolhida para a implantação da cidade nova foi para além da bacia do Paranoá, a qual acolhe o Plano Piloto, sobre a cumeeira delimitada pelo rio do Descoberto e o córrego Taguatinga. O partido urbanístico de Ceilândia é assinado pelo arquiteto Ney Gabriel de Souza (ignoto-ignoto) e traz elementos do urbanismo modernista (zoneamento, unidades de vizinhança etc.). Sua forma remete a um hexágono alongado (“um barril”, como é costumeiramente chamado), tendo ao centro o cruzamento de dois eixos viários e duas extensas áreas triangulares invertidas — destinadas a equipamentos públicos (figura 5). A angulação no traçado da cidade é derivada das curvas de nível do terreno cujo centro é o ponto mais elevado.



Figura 5: Vista aérea de Ceilândia (DF) em 1971: habitações e área livre para equipamento públicos ao centro.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO DF (2019).

O traço do arquiteto somado ao gesto solidário da então primeira-dama tinham o intuito, à primeira vista, de fornecer habitação e infraestrutura para as pessoas menos favorecidas que habitavam as favelas de Brasília. Porém, velavam-se as reais intenções: distanciar tal perfil social da cidade rica. Ademais, ao serem transferidas, tais famílias se deparavam com uma realidade bem diferente à prometida. Além de terem que construir suas próprias habitações com todo material dos barracos trazidos na mudança (Figura 6), os primeiros 8 mil ceilandenses tinham que lidar com o problema de mobilidade decorrente da distância para o Plano Piloto (30 km) e com condições de salubridade e infraestrutura mais precárias que as existentes nas ocupações irregulares próximas ao Plano Piloto (PEIXOTO et al., 2017).



Figura 6: Ceilândenses na construção de habitação com restos de materiais (1971). Fonte: ACERVO DA R.A. CEILÂNDIA (2019).

Portanto, do Estado houve apenas o traçado urbanístico no chão e a provisão de transporte para a mudança rumo à nova cidade-satélite. Um deslocamento apenas com passagem de ida, para um local desprovido de tudo, à mercê dos futuros moradores a apropriação e edificação do espaço urbano. Após os barracos construídos impositivamente no fundo dos lotes, programas habitacionais foram acionados para a construção de unidades habitacionais padronizadas de alvenaria na parte frontal dos mesmos. A cidade foi se moldando com o tempo, ao suor e conquistas de seus moradores, balizados por políticas populistas, até se tornar a maior e mais populosa região administrativa do DF. Hoje, às bordas de Ceilândia, outros assentamentos irregulares crescem vertiginosamente (Pôr do Sol e Sol Nascente), trazendo consigo as memórias nunca apagadas daqueles assentamentos erradicados há 50 anos por ideais higienistas, sanitaristas e excludentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teresina, a capital transferida do Piauí; Canudos, a cidade resiliente do Sertão; e Ceilândia, a satélite sob controle da(o) Capital — três exemplares de cidades novas são aqui colocadas e conectadas por um fio condutor: vestígios do autoritarismo em suas origens. Um procedimento possível pelo método “pensar” e “fazer” por atlas, a tríade de cidades dispostas aleatoriamente sobre a mesa permitiu-nos trazer à tona uma narrativa — se não inédita — original na historiografia do urbanismo. Contribuiu igualmente para certificar que a tipologia de Cidades Novas é envolta pelos anseios e determinismo de seus empreendedores, sejam eles oriundos do setor público ou privado.

Ao verificar nos três exemplares a forte e decisiva presença do Estado (seja na figura de indivíduos seja na figura de uma entidade), percebem-se personalidades, perfis, pensamentos que definem o comando rígido e estrito em prol de um desejo, de uma vontade, de uma política. Em tais episódios não importa se tais ações tiveram consequências para aqueles envolvidos, mas sim os resultados que elas trouxeram — particularmente a seus autores. Entre autores e atores, no processo de criação de cidades novas, cabe aos atores disputarem o protagonismo junto aos autores ou serem relegados a meros espectadores de tais fatos — sem qualquer atuação efetiva que altere o cenário final.

De um lado, como protagonistas junto aos autores (empreendedores), têm-se os projetistas, os profissionais habilitados por desenharem os novos núcleos. Subordinados hierarquicamente aos promotores, estes devem depositar sobre o traçado urbanístico os elementos que reflitam os pensamentos almejados para a nova cidade e, consecutivamente, para seus habitantes (normas, regras, posturas etc.). Deste modo, o projeto urbanístico funciona como um atrativo de controle indireto, ou seja, um instrumento estratégico (dispositivo) de atuação do poder do Estado. Raros são os casos em que os profissionais detêm de sensibilidade para absorver e traduzir os anseios dos futuros moradores em urbanismo e arquitetura. E isso ocorre, e quando ocorre, com consentimento ou distração do empreendedor.

De outro lado, como figurantes, têm-se os moradores destes novos assentamentos, aqueles que são a massa de manobra do Estado, sob controle direto ou indireto. Neste último caso, os indivíduos não percebem que estão sendo conduzidos forçosamente a morar em determinados lugares — realocar — ou a exercer alguma função específica — servir — a partir de comandos de seus empreendedores (FOUCAULT, 2015 apud LIMA, 2017). A história destes espectadores é atrelada à história dos oprimidos, daqueles pouco colocados em evidência, mas que merecem maior atenção.

Assim, trazer à tona biografias de cidades novas e enlaçá-las ao redor de um tema em comum foi o caminho encontrado para nos aproximar de tais personagens e de suas relações e inter-relações no processo de criação de cidades, verificando como tais conexões são construídas e em quais contextos e níveis de ação e reação, controle e obediência, imposição e assimilação se dão. Um caminho possível para identificar como o autoritarismo toma forma, a forma de cidades.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. “A estruturação urbana de Teresina e seus primeiros prédios públicos”. In: Anais XII do Encontro Nacional de História Oral. Teresina: XII Encontro Nacional de História Oral, Universidade Federal do Piauí, 2014.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. A construção historiográfica da cidade e do urbanismo no Brasil: o caso das cidades novas planejadas. In: PINHEIRO, Eloisa Petti; GOMES, Marco Aurélio Andrade de Filgueira (Org.). A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2005. pp. 73-90.

BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio. (Org.). Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas. São Paulo: Elefante, 2019.

BARROS, Joana. Desenvolvimento e narrativas do atraso: a campanha contra Canudos e as veredas da resistência. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio. (Org.). Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas. São Paulo: Elefante, 2019. pp. 18-35.

BOUCHERON, Patrick. «Création urbaine et pensée humaniste dans l'Italie du Quattrocento». Actes du Colloque international de Paris “La ville au coeur du pouvoir”, Paris, Vol. 1, 2002. pp. 261-274.

BOUMAZA, Nadir et al. Villes réelles, villes projetées: fabrication de la ville au Maghreb. Paris: Maisonneuve & Larose, 2006.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano. A concepção das cidades-satélites de Brasília. Arqtextos. São Paulo : Vitruvius, Ano 19, N. 221.03, out. 2018. Disponível em:

<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/19.221/7150>>. Acesso em : 20 Jan. 2020.

DIDI-HUBERMAN, George. Atlas ou a Gaia ciência inquieta: o olho da história, 3. Lisboa: KKYM/EAUM, 2013.

FURTADO, Manoel Alves. Diagnóstico de Ceilândia. Brasília: Arquivo da Administração Regional de Ceilândia - RA IX, 2003.

GANDARA, Gercinair Silvério. "Teresina, a capital sonhado do Brasil oitocentista". História. Franca, Vol. 30, N. 1, 2011. pp. 90-113.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Junia Maria Ferrari de. "Urbanismo como dispositivo?". In: Anais do XVII ENANPUR. São Paulo: Anpur, Vol. 17, N.1, 2017. pp. 1-17.

MEDEIROS, Sandra; MATOS, Karenina; LOPES, Wilza. "Análise dos traçados do perímetro urbano de Teresina, Piauí, Brasil". Cadernos Zigmunt Bauman, Vol. 8, N. 18, 2018. pp. 190-210.

PEIXOTO, Elane Ribeiro et. al. "O rap da Ceilândia". In: Anais do XVII ENANPAUR. In: Anais do XVII ENANPUR. São Paulo: Anpur, Vol. 17, N.1, 2017. pp. 1-20.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. Canudos: A utopia entre Deus e o Diabo (Bahia - 1893-97). Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA (PMT). Perfil dos Bairros - Regional SDU Centro Norte - Bairro Centro. Teresina: SEMPLAN, 2018.

REGO, Renato Leão. As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. Londrina: Humanidades, 2009.

SAFIER, Michaël. «Le rôle des villes nouvelles dans l'urbanisation». Planification habitat information, France, N.89, nov. 1977. pp. 3-12.

SANTOS, Jádilson Pimentel dos. A arte e a arquitetura religiosa popular do Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

SOUSA, Giuliana de Brito. Cidades Capitais: Paisagens em (trans)formação. Tese de doutoramento (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

TREVISAN, Ricardo. Cidades Novas. Tese de doutoramento (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

TREVISAN, Ricardo. Atlas, uma aposta e o dispositivo-atlas. V!RUS, São Carlos, N. 19, 2019. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus19/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 13 Dez. 2019.

TREVISAN, Ricardo et al. Fazer por atlas: Cidades novas. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (Org.). Nebulosas do Pensamento Urbanístico: Tomo II - modos de fazer. Salvador: EDUFBA, 2019. pp. 152-223.

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

WEINER, Howard R. “Israel’s new towns: a Mediterranean perspective”. Ekistics. Greece, N.290, set./out. 1981. pp. 393-400.